

ARQUEOLOGIA – ANTROPOLOGIA OU HISTÓRIA? Origens e tendências de um debate epistemológico

Luís Cláudio Pereira Symanski¹

Resumo: Ao longo do século XX um debate marcou a arqueologia, sobretudo a norte-americana, deveriam os arqueólogos se ater a uma produção de conhecimento histórico, restringindo suas explicações às particularidades de cada caso? Ou almejar a uma meta mais ampla, buscando extrair dos eventos únicos regularidades mais gerais sobre o comportamento humano, gerando, assim, uma produção de conhecimento tida como verdadeiramente antropológica? Embora tal debate seja mais comumente relacionado à emergência da nova arqueologia dos anos 60, ele foi recorrente na antropologia e arqueologia norte-americanas desde, pelo menos, o segundo terço daquele século. De fato, o movimento pendular entre metas particularistas e generalizantes marcou não somente a arqueologia, mas a própria antropologia ao longo do século XX. Este trabalho tem por propósito, por um lado, analisar as origens e o desenvolvimento deste debate, cujas posições se traduzem na polarização entre explanação e interpretação, e, por outro, discutir as abordagens teóricas mais recentes, que buscam superar essa dicotomia com base, sobretudo, no relacionismo metodológico das teorias da prática.

Palavras-chave: Arqueologia; Antropologia; História; Estados Unidos.

Abstract: During the twentieth century, North American archaeology was marked by a debate concerning its goals: should it restrict itself to the production of historical knowledge, restraining the explanations to the particularities of each case

¹ Mestre em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (1997), PhD em antropologia/arqueologia pela Universidade da Florida (2006). Professor-adjunto do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador PQ2/CNPq. E-mail: luis.symanski@pq.cnpq.br.

of analyses? Or should it search for a wider goal, trying to extract from the unique events more general regularities about human behavior, thus producing a kind of knowledge considered as truly anthropological? Although this debate has been more commonly related to the emergence of the new archaeology during the sixties, it was actually recurring in North-American anthropology and archaeology since, at least, the second third of that century. Indeed, the pendular movement between the particularistic and the generalizing goals has marked not only the Americanist archaeology, but also the anthropology during the twentieth century. This article aims to analyze, at first, the origins and development of this debate, whose positions are translated in the polarization between explanation and interpretation, and, second, to discuss the more recent theoretical approaches, which have tried to surpass this dichotomy through the use of the methodological relationism of practice theories.

Keywords: Archaeology; Anthropology; History; United States of America.

Introdução

Este artigo consiste em uma segunda versão do trabalho que apresentei na aula inaugural do Curso de Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, em abril de 2014. A proposta era discutir as relações da antropologia com a arqueologia. Dado que parte da minha formação acadêmica, mais especificamente o meu doutorado, foi desenvolvida no contexto da antropologia norte-americana, que adere ao modelo dos quatro campos disciplinares da antropologia (antropologia cultural, arqueologia, linguística e antropologia biológica), eu desenvolvi este artigo considerando, sobretudo, as relações entre a antropologia e a arqueologia na América do Norte. A meta é discutir de que forma as duas disciplinas se relacionaram no decorrer do século XX a partir do uso de conceitos e de abordagens teóricas comuns, e como ambas se relacionaram com a história. Desse modo, será dada pouca atenção às correntes teóricas europeias, como o funcionalismo britânico e o estruturalismo francês, sendo referenciadas somente nos momentos em que exerceram influências ou

dialogaram com arqueologia e antropologia estadunidenses. Outro ponto a destacar é que eu parto de uma perspectiva arqueológica, de modo que mesmo as abordagens da antropologia culturalista norte-americana serão consideradas somente quando relacionadas com a arqueologia.

Arqueologia e Antropologia: história ou ciência?

Como é de conhecimento geral, as arqueologias europeia e norte-americana tiveram trajetórias de desenvolvimento distintas. Na Europa, a institucionalização da arqueologia ocorreu, sobretudo, nos departamentos de história, havendo, assim, um elo mais explícito da arqueologia com a história, neste caso, como a pré-história das populações europeias. Nos Estados Unidos, por outro lado, a institucionalização da arqueologia se deu nos departamentos de antropologia. Há, assim, um vínculo já no desenvolvimento inicial dessas disciplinas, no começo do século XX. Este vínculo devia-se ao fato de que, nas Américas, o passado pré-colonial não tinha relação alguma com a história dos colonizadores europeus. O estudo das sociedades nativas – do outro não-ocidental – era realizado, assim, pela antropologia. Dado que caberia à arqueologia o estudo do passado desse outro, nada mais óbvio do que esta ser incorporada na antropologia (GOSDEN, 1999, p. 32-48; TRIGGER, 1989, p. 186-195).

A emergência da antropologia norte-americana como uma disciplina acadêmica está estreitamente vinculada à figura do antropólogo alemão Franz Boas. Para Boas, a antropologia não deveria se prender no presente etnográfico, mas ser um empreendimento holístico, que visasse o entendimento da história cultural das sociedades nativas. Para alcançar uma diacronia mais consistente, essa investigação deveria envolver quatro campos: a antropologia cultural, a antropologia biológica, a linguística e, logicamente, a arqueologia. Para Boas, como herdeiro da tradição romântica alemã que considerava que cada povo era produto de uma trajetória

Tessituras

histórica única, a antropologia deveria se firmar como a história dos povos nativos. Desconsiderava, portanto, princípios e modelos teóricos universalizantes para explicar a cultura, como aqueles que tinham sido empregados pelos evolucionistas culturais do final do século XIX (BOAS, 2005 [1896], [1920]). Para ele, a única via de acesso para o entendimento das forças internas da dinâmica cultural seria a do fenômeno da aculturação, definido como "... a remodelação de elementos estrangeiros segundo os padrões que prevalecem em seu novo ambiente". Estudos visando o entendimento desse processo acabariam por expor um aspecto comum a todos os fenômenos históricos, levando assim à descoberta de "... regularidades culturais que poderiam explicar a dinâmica cultural" (BOAS, 2005 [1920], p. 46).

Boas, rejeitando as noções evolucionistas, adotou um conceito plural de cultura: a cultura seria aquele conjunto de traços que caracteriza um povo. A cultura material, nesse sentido, seria um desses traços, e, assim, um elemento cultural por si próprio. Tais ideias eram condizentes com a noção de cultura arqueológica, que estava se desenvolvendo tanto na arqueologia europeia quanto na norte-americana nessa época (TRIGGER, 1989, p. 161-173). A noção de cultura arqueológica dizia respeito aos conjuntos materiais (artefatos, habitações, sepultamentos, etc.), temporal e geograficamente circunscritos, que teriam sido produzidos por povos específicos do passado (CHILDE, 1929, apud TRIGGER, 1989, p. 170; McKERN, 1939; HAWKES, 1954). Essa noção de cultura permanecerá entre os arqueólogos norte-americanos durante toda a primeira metade do século XX.

Com relação à antropologia estadunidense, as reflexões em cima do conceito de cultura já começaram na década de 1930, com Kroeber (1939). Ele fará uma distinção entre *cultura de realidade* e *cultura de valor*. A *cultura de realidade* consistia nos traços relacionados com a subsistência e a economia, enquanto que a *cultura de valor* diria respeito às artes, literatura, moda e estilo. Será o mesmo Kroeber que, já em 1935, demonstra insatisfação com uma perspectiva histórica de antropologia. A sua

Tessituras

argumentação se baseia na distinção entre história e ciência: a história seria particularista, ao passo que o conhecimento científico, ao qual a antropologia almejaria, diria respeito ao entendimento dos processos culturais; visaria, assim, o estudo das regularidades, dos padrões culturais, o que consistiria em um exercício de abstração a ser feito com base no estudo comparativo do material etnográfico (KROEBER, 1935). Essa mesma distinção será feita, dezessete anos mais tarde, pelo antropólogo britânico Radcliff-Brown, em seu livro *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva* (1973 [1952]), definindo a história como particularista, ou idiográfica, ao passo que a antropologia, na qualidade de ciência, seria nomotética, ou seja, teria por escopo chegar a proposições gerais, neste caso sobre a estrutura de funcionamento dos sistemas sociais.

Na década de 1950 um discípulo de Kroeber, Julian Steward, levará a noção de *cultura de realidade* às suas últimas consequências, colocando-a como a base, ou seja, como a dimensão determinante das sociedades humanas. A *cultura de realidade* consistiria no *núcleo cultural*, basicamente uma adaptação da noção de *modo de produção* de Karl Marx. Steward reformula, assim, o conceito de cultura, definindo-a como o mecanismo de adaptação das sociedades humanas ao ambiente. Tal noção não somente considerava que cenários naturais similares produziram respostas culturais similares (STEWART, 1955, p. 24), mas também colocava a dimensão tecnológica como central, dado que é através da tecnologia que ocorre o processo de adaptação. Isto explica o apelo que esta teoria teve na nova arqueologia dos anos de 1960. Steward desenvolveu, assim, o campo da *ecologia cultural*, cujo foco estava no estudo dos processos de adaptação das sociedades humanas ao ambiente que ocupavam. Antes do que as particularidades decorrentes de acidentes históricos, este modelo buscava entender os mecanismos de adaptação das sociedades aos ambientes, de modo que o foco voltava-se para a busca de princípios gerais que explicassem as regularidades e diferenças nesse processo, ou seja, para o domínio da ciência.

Tessituras

Cabe destacar que, neste período, a concepção corrente de ciência era baseada no modelo das ciências naturais, consistindo na busca de causalidade entre os fenômenos e na explicação dos mesmos por meio de leis.

Antes mesmo de Steward, outra figura proeminente a defender uma abordagem científica para a antropologia será Leslie White. White (1943) chegará ao extremo de definir a antropologia cultural como um ramo das ciências naturais que trabalha com o fenômeno da energia em sua forma cultural. Como Steward, White também aderirá a uma orientação materialista, de orientação evolucionista e forte influência marxista. Com base nas ideias de Marx, ele dividirá a cultura em três domínios ou sistemas: tecno-econômico, social e ideológico (WHITE, 1949, p. 390-391). Destes, o domínio tecno-econômico, relacionado com a adaptação ao meio ambiente, será tido como o determinante, e, assim, podendo servir como um mensurador universal do grau de evolução de uma cultura. Será com base no modelo de White que um de seus alunos, Lewis Binford, proporá, no início da década de 1960, que os artefatos funcionam em três domínios ou sub-sistemas: o tecno-econômico, o sócio-técnico, e o ideotécnico. Desses, o sub-sistema tecno-econômico será o determinante (BINFORD, 1962).

Ainda em meados do século XX outra abordagem científica para a cultura será proposta por George Murdock. Este buscará estabelecer princípios gerais às sociedades humanas – princípios transculturais – a partir de uma perspectiva comparativa e indutiva, buscando pelas feições que fossem comuns a todas as sociedades (MURDOCK, 1960 [1949]).

A antropologia nos Estados Unidos adentra, assim, a década de 1960 encabeçada por uma perspectiva materialista, de uma ciência fundada no modelo das ciências naturais que busca por explanações, por princípios gerais fundamentados em modelos teóricos.

E na arqueologia, como se deu esse movimento?

Tessituras

Em 1940 o antropólogo Clide Kluckhohn faz uma crítica à abordagem particularista que então dominava a arqueologia, voltada somente para o interesse histórico, buscando o entendimento dos eventos únicos. Ele propôs que os arqueólogos começassem a tratar seu trabalho como parte de um empreendimento mais geral de entendimento do comportamento humano. Isto exigia um esquema conceitual explícito, sob o qual as evidências pudessem ser coletadas e analisadas. Os dados arqueológicos, assim, deveriam ser analisados visando entender as tendências nas respostas humanas a determinados estímulos, fossem esses de natureza ambiental, biológica, ou social. Tal meta marcaria o interesse científico antes que o histórico (KLUCKHOHN, 1940). Kluckhohn, assim, ecoa o apelo que Kroeber havia feito quatro anos antes em defesa de uma abordagem científica para a antropologia (KROEBER, 1935).

Será, contudo, Walter Taylor, em seu clássico livro *A Study of Archaeology* (1948) que, sob a influência do funcionalismo, proporá uma renovação na arqueologia estadunidense: a *abordagem conjuntiva*. O livro consistirá em uma crítica ao modelo de arqueologia então vigente, que ele rotula como uma “mera crônica”, devido à quase que exclusiva preocupação com o mapeamento das conexões, no tempo e no espaço, entre os tipos de material arqueológico recuperados dos sítios. Ele alegava que tais conexões simplesmente não teriam impactado o modo de vida das populações em questão pelo fato de serem externas às mesmas. A solução, assim, deveria recair na análise das integrações funcionais que ocorreram dentro do próprio sistema social, antes do que na busca por causalidades históricas externas a esse sistema.

As reflexões de Taylor vão ainda envolver dois temas cruciais: a) a análise da arqueologia como história e como antropologia, e b) a reconceitualização da noção de cultura, de modo que fosse aplicável à arqueologia. Para ele, o problema central da arqueologia estava no desacordo de suas metas: como um ramo da antropologia suas metas deveriam ser relacionadas às daquela; porém, quando seus objetivos eram

Tessituras

explicitamente atestados, eles eram históricos, consistindo na reconstrução da história dos povos do passado. Seguindo essa linha de argumentação ele questiona se seria a meta da antropologia a reconstrução da história, o que, em caso positivo, levaria a antropologia a ter os mesmos objetivos da história. Para esclarecer essa questão Taylor (1948, p. 32) se refere aos quatro procedimentos que caracterizariam as disciplinas históricas: 1- a definição do problema em termos de um esquema conceitual; 2- a coleta, análise, e crítica dos dados empíricos; 3- a ordenação dos dados em seqüência cronológica; 4- a busca e o estabelecimento dos relacionamentos recíprocos dentro dessas séries: as ações e reações contínuas, a interação. O objetivo da história residiria justamente neste quarto nível, envolvendo, assim, a integração, a síntese, o contexto e a reconstrução.

A antropologia, por sua vez, também na qualidade de uma disciplina histórica seria, necessariamente, caracterizada por esses quatro níveis de procedimento. Manteria, porém, uma diferença fundamental: ser fundada no conceito de cultura. O interesse primordial da antropologia residiria, assim, “... na elucidação da natureza, dos processos, e do desenvolvimento da cultura” (TAYLOR, 1948, p. 39). Este seria um quinto nível de procedimento. A antropologia cultural, portanto, teria por foco o estudo comparativo da estática e da dinâmica da cultura. A arqueologia, por sua vez, se caracterizaria como história na medida em que se restringisse ao quarto de procedimento: a sintetização do dado cultural em um contexto. Tornar-se-ia, contudo, antropologia, se avançasse para o quinto nível: com base nos contextos culturais construídos objetivasse o estudo comparativo da dinâmica cultural.

A viabilização dessa meta exigia formular um conceito de cultura que fosse operacionalizável para a arqueologia (TAYLOR, 1948, p. 100-102). O primeiro aspecto que Taylor destaca é que cultura é um constructo mental, consistindo em ideias que envolvem categorias, atitudes, significados, crenças, valores, etc.; ou seja, é imaterial. Não é, portanto, diretamente observável, mas somente através dos comportamentos humanos. Tais

Tessituras

comportamentos envolvem, por um lado, as manifestações não materiais que são visual e audivelmente observáveis, tais como danças e rituais e, por outro, as manifestações materiais, como os artefatos e os resíduos das atividades humanas. Tal perspectiva se diferenciava do conceito boasiano de cultura na medida em que a cultura material deixava de ser considerada como um traço cultural e passava a consistir no produto de comportamentos que foram culturalmente determinados. Nesse sentido, a meta da abordagem conjuntiva seria um empreendimento antropológico: interpretar o dado arqueológico em termos do comportamento cultural que o gerou.

Cabe destacar que a distinção entre história e antropologia formulada por Taylor basicamente repetia as ideias centrais colocadas por Kroeber, em 1935, e adotadas por Kluckhohn, em 1940; ou seja, havia um certo consenso de que a antropologia – e, por extensão a arqueologia – deveria ir além do particularismo da história e se caracterizar pelo estudo científico da dinâmica cultural.

Poucos anos depois Phillip Phillips, em um artigo intitulado *American Archaeology and General Anthropological Theory* (1955), cunhará a máxima que será objeto de debate na arqueologia das Américas até a atualidade: “New world archaeology is anthropology or it is nothing” (PHILLIPS, 1955, p. 246). Nesse artigo, posteriormente republicado com a co-autoria de Gordon Willey (WILLEY e PHILLIPS, 1958), Phillips basicamente adapta as ideias de Taylor (1948). Assim, adota a premissa que a antropologia é mais ciência do que história e que a arqueologia, apesar de seu foco no estudo de eventos particulares sob os vetores espaciais e temporais, tem por propósito fundamental a descoberta de regularidades que são atemporais e independentes do espaço. Similarmente a Taylor, também buscará o entendimento da relação entre a antropologia e a arqueologia, porém contrastando os níveis de procedimento de cada disciplina, ou o que ele considera como os três níveis de organização aplicáveis a qualquer análise científica: os níveis da observação, descrição e explanação. O nível da observação diria respeito ao trabalho de campo, onde se apresentam as

Tessituras

maiores distinções entre as duas disciplinas. O nível da descrição, correspondendo ao quarto nível do modelo de Taylor (1948), consistiria na integração histórico-cultural na arqueologia e na etnografia na antropologia; neste nível as disciplinas já estariam mais próximas, dado que a integração histórica seria comparável à etnografia com a dimensão temporal adicionada. Seria, contudo no nível da explanação que ambas as disciplinas convergiriam. Este corresponderia, na arqueologia, ao domínio da integração funcional para Phillips (1955), o qual foi logo a seguir redefinido como interpretação processual (WILLEY e PHILLIPS, 1958, p. 04), e ao domínio da etnologia, no caso da antropologia cultural. Na arqueologia este nível implicaria na tentativa de se descobrir regularidades nas relações obtidas no nível da integração histórica, o que envolveria a formulação de questões do tipo como e por quê, bem como o foco no estudo das causas da mudança cultural. Devido à convergência de metas com a antropologia, neste nível o arqueólogo seria um antropólogo.

É importante observar que os arqueólogos pré-historiadores britânicos pouco compartilharam, neste período, dessas inquietações que envolviam os propósitos últimos da pesquisa arqueológica. Para Christopher Hawkes (1954) a arqueologia era tida como um ramo da antropologia focalizado na história natural da humanidade por meio da classificação do material arqueológico. As classes e tipos de artefatos definidos diriam respeito às normas das atividades humanas, agregadas sob o nome de culturas; ou seja, basicamente o mesmo modelo que os arqueólogos histórico-culturalistas seguiam na América do Norte. Do mesmo modo, os arqueólogos britânicos não tinham problemas em manter uma produção historicamente orientada, neste caso buscando por elos entre o passado escrito e aquele pré-histórico; assim, por exemplo, “... as culturas do neolítico europeu seriam inteligíveis por manterem elementos que foram difundidos para elas do Oriente, o qual já era histórico” (HAWKES, 1954, p. 160); desse modo, seriam as partes mais externas de uma esfera de difusão que teria a história em seu centro.

Retornando à arqueologia estadunidense, a década de 1960 marca a

Tessituras

emergência do programa de renovação da disciplina auto-denominado *nova arqueologia* e, logo a seguir, *arqueologia processual*. Neste momento, não se trata mais de discutir se a arqueologia é ou não antropologia, mas assumi-la como tal, como expresso no clássico artigo de Binford, *Arqueology as Anthropology* (1962) que marcou o início desse movimento. Seria, porém, uma antropologia científica, de base materialista, focada na explanação dos processos culturais. A proposta de Binford (1962 e 1965), será consistente com o contexto antropológico nos Estados Unidos dos anos 60, fortemente marcado pela influência das abordagens materialistas ecológicas, como o neo-evolucionismo de Elman Service (1962) e o materialismo cultural de Marvin Harris (1968). Tais abordagens, influenciadas pela teoria geral dos sistemas e pela ecologia, mantinham a noção de que a cultura e a organização social consistiam em adaptações funcionais para a exploração dos recursos do ambiente. Consideravam ainda que o processo de desenvolvimento das sociedades humanas era marcado por regularidades.

A proposta materialista e sistêmica de Binford não era, portanto, defasada, como colocam alguns críticos da nova arqueologia, mas plenamente consistente com uma corrente antropológica fortemente em voga nos Estados Unidos. O forte impacto das ideias de Binford no meio arqueológico deveu-se ao fato de ele conseguir demonstrar, com base em uma estrutura conceitual consistente, que era possível não somente produzir informação de cunho social sobre o registro arqueológico, mas, sobretudo, explicar os processos de mudança cultural nas sociedades pré-históricas. Na base da sua estrutura conceitual estava a noção adaptativa de cultura, herdada de Steward; ao mesmo tempo, consistia em uma concepção sistêmica, dado que a cultura, seguindo a proposta de White (1949) era tida como um sistema composto por três sub-sistemas: tecno-econômico, social e ideológico. Esses subsistemas eram traduzidos nos três níveis de função dos artefatos: tecno-econômico, sócio-técnico e ideo-técnico. Dado que o sub-sistema tecnológico, associado à subsistência e, assim, ao ambiente, era determinante, o seu estudo forneceria informações sobre o sub-sistema

Tessituras

social e este, por sua vez, sobre o ideológico (BINFORD, 1962 e 1965).

É importante destacar que a mudança mais significativa adotada pelo programa processual foi a do conceito de cultura; conforme discutido, até então, na arqueologia, cultura era predominantemente considerada como tradição: um conjunto de normas transmitido através das gerações ou pelo contato entre grupos distintos. Nessa concepção assumiam-se duas características primordiais da cultura: a homogeneidade cultural de um grupo (todos compartilhavam a mesma cultura) e a continuidade cultural, a qual independia de mudanças ambientais. Ou seja, a cultura era basicamente conservadora. Nesse sentido, as mudanças eram produto de uma causa primordial: o contato com outras culturas, seja direto, pela migração, seja pela adoção de traços culturais forâneos, pela difusão (BINFORD, 1965, p. 204; FLANNERY, 1972 [1967], p. 103; WATSON, 1995, p. 684). Do mesmo modo, era disseminada a ideia de que o registro arqueológico, exceto em circunstâncias excepcionais de preservação, era restrito em termos de informações que fossem além do domínio classificatório. A escala de inferência proposta por Hawkes (1954, p. 161-162) apenas traduzia essa percepção: no nível mais fácil estava o domínio das técnicas; a partir daí a tarefa mais difícil de inferir a economia/subsistência; a ainda mais difícil seria inferir instituições sócio-políticas; e por fim, a tarefa mais difícil de todas, que seria inferir as instituições religiosas e a vida espiritual. Tais domínios crescentes de dificuldade somente poderiam ser acessados naqueles casos excepcionais de preservação do material arqueológico (como Pompéia) e com o uso dos registros escritos.

Binford, por sua vez, rejeitou totalmente a ideia de que as condições de preservação do registro arqueológico seriam restritivas sobre o nível de informação sócio-cultural, dado que os padrões de distribuição do material arqueológico que sobreviveu à ação do tempo informariam sobre os subsistemas aos quais estavam atrelados e, assim, sobre o sistema sócio-cultural como um todo (BINFORD, 1962 e 1981). Este movimento

Tessituras

inferencial era, assim, fundado sobre dois elementos: 1- a identificação da variabilidade espacial e temporal dos artefatos e 2- a identificação do subsistema ao qual estavam integrados – tecno-econômico, social, ou ideológico. Desse modo, a mudança cultural era produto de variações que teriam ocorrido em um ou mais subsistemas, afetando o equilíbrio de todo o sistema e levando-o a se reajustar às novas condições (BINFORD, 1962; FLANNERY, 1972 [1967]; WATSON, LEBLANC, REDMAN, 1971, p. 69). Utilizando essa estrutura conceitual, Binford demonstrou a viabilidade daquilo que, até então, era considerado uma meta: o estudo da dinâmica cultural e a explanação dos processos de mudança cultural, ou seja, o nível da explanação que faria da arqueologia antropologia.

Entre as décadas de 60 e 70 a arqueologia processual manteve-se hegemônica nos Estados Unidos, com seus seguidores cientes de estarem fazendo antropologia: uma antropologia materialista e, assim, científica. Porém, já nos anos 70 o programa processual começou a ser atacado dentro do próprio contexto norte-americano. Isto começou por um questionamento sobre as relações da arqueologia com antropologia. Segundo Gummerman e Phillips (1978), esta vinculação estaria impedindo o desenvolvimento da arqueologia sob uma base interdisciplinar. Na visão desses autores, a arqueologia não deveria somente se desvencilhar da antropologia, mas ser considerada, antes de tudo, como uma técnica. Para eles, tal perspectiva permitiria o uso mais consistente de teorias e modelos derivados de outras disciplinas, das quais a antropologia seria apenas mais uma fonte. Uma argumentação mais recente que segue este viés é apresentada por Smith (2011).

No início dos anos 80 Robert Dunnell (1982), em uma análise pessimista dos vinte anos de desenvolvimento da arqueologia processual, constatou que o progresso havia sido limitado devido à falha em considerar questões metafísicas críticas. Para ele, a raiz do problema estava no fato de a arqueologia processual ter adotado o modelo das ciências ahistóricas, nomotéticas, as quais são fundadas em uma visão espacial de realidade em

Tessituras

que a única explanação viável é a funcionalista. Nesse sentido, a grande contradição residiria no fato de a arqueologia processual empregar um modelo espacial, funcionalista, para abordar questões relacionadas à temporalidade, dado que a sua meta principal consiste na explanação da mudança cultural. Dunnell defendia que o único modelo científico consistente proveria das ciências históricas, ou seja, aquelas ciências temporalmente orientadas, fundadas na teoria da evolução darwiniana. Esta teoria seria, assim, a única compatível para a explanação da mudança cultural, por formular leis sobre como as mudanças ocorrem, antes do que sobre como a interação ocorre. Assim, antes do que vincular-se à antropologia, o modelo de ciência mais consistente para a arqueologia seria o da biologia.

Cabe ser considerado, ainda, que nesse período a ideia de cultura, que tinha dado o tom da afinidade entre a antropologia e a arqueologia, primeiro como uma característica central da espécie humana e, segundo, como o elemento crucial que diferenciava uma sociedade das demais, estava sob ataque por parte de adeptos de diferentes vertentes teóricas. Por um lado, o foco havia se voltado para o comportamento, ou seja, aquilo que é diretamente observável nos grupos humanos, e que poderia ser restringido, estimulado ou condicionado por uma série de fatores psicológicos, econômicos e políticos (FLANNERY, 1982, p. 267). Na arqueologia, esta perspectiva foi defendida por Michael Schiffer e seus seguidores. Para estes, a unidade de análise da arqueologia, antes que um constructo analítico de segunda ordem como a cultura, deveria ser o comportamento humano, concebido como a interação dos seres humanos com os elementos do mundo material (SCHIFFER, 1976; LAMOTTA e SCHIFFER, 2001).

Por outro lado, sob a efervescência das perspectivas de orientação marxista que estavam se desenvolvendo nesse período na França – o marxismo estrutural –, e nos Estados Unidos – a antropologia histórica ou abordagem da economia política – a cultura passou a ser relegada ao domínio do superestrutural ou ideológico, emanando de um modo de

Tessituras

produção que tinha na interação entre os meios e as relações de produção a sua razão de ser, e servindo, assim, como legitimadora da ordem social existente (ORTNER, 1984, p. 140; WOLF, 1984, p. 398). Do mesmo modo, a concepção de culturas como entidades circunscritas e integradas por uma essência interior começou a ser questionada pelos adeptos das vertentes marxistas, por desconsiderar os processos históricos mais amplos, externos a elas, relacionados à expansão do comércio e do capitalismo. Segundo Wolf (1982 e 1984), tais processos envolveram, reconfiguraram e em muitos casos produziram as sociedades tradicionais comumente estudadas pelos antropólogos. Nesse sentido, as culturas são consideradas como envolvidas em um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução.

A crítica de Wolf à noção essencialista de culturas como complexos circunscritos e impermeáveis será posteriormente ecoada pelos teóricos pós-colonialistas. Na perspectiva desses, tal noção, primeiro, minimiza, ou mesmo apaga, o componente nativo das configurações sociais que se formaram com o processo de colonização; segundo, não dá margem para considerar os espaços intermediários das misturas entre colonizadores e colonizados, ou seja, as mestiçagens que caracterizaram os cenários coloniais e que são produto da agência de ambos os grupos (GOSDEN, 2001; GRUZINSKI, 2001, p. 52).

Este cenário de diversidade teórica que marca a década de 1970 assiste ainda a consolidação da antropologia simbólica, encabeçada por Clifford Geertz. Geertz (1973), influenciado por Max Weber, e, por meio deste pela tradição hermenêutica alemã, se posiciona contra a perspectiva científica defendida pelos materialistas culturais. Cabe ser destacado que a tradição hermenêutica alemã consistiu em um movimento do século XIX que buscou dar uma fundamentação filosófica própria às ciências humanas, contrapondo-as às ciências naturais. Enquanto as ciências naturais consistiam em um empreendimento objetivista, de observação, classificação e estudo das inter-relações entre os fenômenos, visando o desenvolvimento de leis, as ciências humanas buscariam o entendimento dos fatos

Tessituras

particulares, analisando-os em detrimento do contexto em que ocorreram. A meta, assim, estaria no entendimento, o qual seria baseado na experiência da própria vida humana. Nesse sentido, mais importante do que a descrição do evento, seria o entendimento da intencionalidade dos atores sociais que o executaram (JOHNSEN e OLSEN, 1992).

Orientado, portanto, pela tradição hermenêutica, Geertz propõe que a antropologia, antes do que uma ciência experimental em busca de leis, deveria consistir em uma ciência interpretativa à procura do significado. Para ser viabilizada, essa perspectiva interpretativa exigia outra reformulação no conceito de cultura; nesse sentido, a cultura não consistiria simplesmente em tradição, ou no conjunto de normas transmitidas no processo de aprendizagem do modelo boasiano, muito menos em um mecanismo de adaptação do homem ao ambiente, como defendiam os materialistas culturais; antes, a cultura consistia em teias de significados tecidas pelos próprios seres humanos. A antropologia visaria, portanto, o entendimento dos significados que envolviam as ações sociais. Tais significados não estariam restritos às mentes dos atores, mas materializados em signos que são publicamente disponíveis. De fato, já em 1962 Geertz publica um artigo intitulado *The Growth of Culture and the Evolution of Mind*, posteriormente republicado como um capítulo em *The Interpretation of Cultures* (GEERTZ, 1973) em que ele defende que a “mente”, um conceito aparentemente idealista, tem uma base biológica fundada na evolução humana, cuja emergência está intimamente atrelada aos surgimentos dos primeiros artefatos produzidos pelos nossos ancestrais hominídeos. Deste modo ele reconhece o papel fundamental da cultura material tanto no desenvolvimento cognitivo quanto social dos seres humanos. Como destacado por Sewell Jr. (1999), essa perspectiva denota que uma metafísica materialista está presente na base do modelo simbólico de cultura de Geertz.

A perspectiva geertziana considera que a cultura consiste em estruturas de significados que são socialmente compartilhados, sendo, portanto, pública. Deste modo, a estratégia mais consistente para seu estudo

Tessituras

seria a descrição densa; ou seja, a descrição detalhada das ações observadas pelo etnógrafo seguida pela interpretação dos significados dessas ações. A interpretação, assim, se faz sempre dependente do contexto no qual a ação social ocorre (GEERTZ, 1973).

A antropologia simbólica, com sua meta na interpretação dependente do contexto, rejeitou, assim, as generalizações do modelo científico e colocou, como meta da antropologia, a etnografia. Há, desse modo, um retorno ao particularismo e, novamente, uma aproximação da antropologia com a história.

Na arqueologia, o movimento em direção ao particularismo se dará dez anos após à virada simbólica da antropologia, sendo encabeçado pelo arqueólogo britânico Ian Hodder, por meio de duas publicações: *Symbols in Action* e *Symbolic and Structural Archaeology*, ambas de 1982 (HODDER, 1982a e 1982b). Será, contudo, no livro *Reading the Past – Current approaches to interpretation in archaeology*, de 1986, que Hodder caracterizará mais detalhadamente o seu programa, que ele denominará de arqueologia contextual. Do mesmo modo que Geertz, Hodder proporá que, antes do que a busca por generalizações a serem explanadas, o foco da arqueologia deveria recair no estudo dos significados simbólicos da cultura material, que somente seriam acessíveis a partir da compreensão do contexto.

Na perspectiva de Hodder (1986, p. 92), a cultura, antes do que norma ou resposta comportamental, consiste em esquemas organizantes e organizados da ação que são significativos para os indivíduos nela envolvidos, não sendo, portanto, determinada por qualquer elemento externo. Deste modo, a mudança cultural será sempre produto da ação humana. A cultura material, por sua vez, participa ativamente na criação, desenvolvimento, alteração e extinção dos complexos simbólicos; nesse sentido, os artefatos deixam de ser considerados apenas como os vestígios materializados de comportamentos que foram culturalmente condicionados, como defendia Taylor (1948), e se tornam cultura por si próprios (WATSON,

1995, p. 686-687), conforme já havia sido sugerido por Geertz.

O modelo de Hodder, similarmente ao de Geertz, é embasado na tradição hermenêutica, porém com esta chegando até ele a partir das proposições do historiador britânico Robin Collingwood (JOHNSON e OLSEN, 1992). Nesse sentido, Hodder defenderá a reaproximação da arqueologia com a história. Cabe destacar que muito da argumentação de Hodder a esse respeito, embora não explicitado em seus textos da década de 1980, está embasado nas considerações que Walter Taylor havia tecido em 1948, mais especificamente na concepção de que a arqueologia, na condição de história, se aterá ao nível da síntese, da integração e do contexto, antes do que à busca pelas leis universais que explicariam a dinâmica cultural.

Há, definitivamente, muitas similaridades entre programa de antropologia simbólica de Geertz e a arqueologia contextual de Hodder, dado que ambos derivam suas formulações da tradição hermenêutica, expressas no foco sobre significado, contexto, subjetividade, e interpretação. Ambos buscam, assim, o entendimento das motivações por detrás da superfície dos eventos. Há, contudo, uma diferença básica entre essas abordagens que vai além do fato de a primeira analisar o contexto presente da ação social através da prática etnográfica – de modo que o etnógrafo e o evento são isocrônicos um com o outro – e a segunda o contexto passado dessa ação, com base na estrutura de significados da cultura material na mesma envolvida. A diferença consiste no fato de a noção simbólica de Geertz ser estática, com o foco totalmente voltado para a dimensão sincrônica. Assim, são para as teias de significado, antes que para o ato de tecê-las, que a atenção é voltada (BIERSACK, 1995; SEWELL JR., 1999). Já Hodder, apesar de realçar a dimensão sincrônica, também destacará a importância da compreensão diacrônica, dado que a ação humana, e assim as estruturas de significados sobre as quais ela está envolta, é influenciada por estruturas de longo termo (HODDER, 1986, p. 101; 1987).

A readoção de uma perspectiva histórica na arqueologia – um neo-historicismo pós-processual – levou alguns de seus adeptos a buscarem

Tessituras

modelos na produção historiográfica da tradição francesa dos *Annales*, particularmente no modelo de história estrutural de Braudel (HODDER, 1997; KNAPP, 1992), com sua noção de que diferentes processos históricos operam em diferentes níveis temporais: os eventos das ações individuais, a conjuntura da história social, e o tempo lento da longa duração, a qual envolve as relações das sociedades com o ambiente (BRAUDEL, 2011 [1958]). Para Braudel a longa duração corresponderia à estrutura, porém não a estrutura estática da antropologia estrutural de Levi-Strauss, mas inserida em uma longa temporalidade em que a dinâmica histórica é quase imperceptível. Para Hodder (1987, p. 03), o modelo de Braudel se faz consistente para abordar a temporalidade na arqueologia pelo fato de considerar que qualquer evento particular é influenciado por continuidades de longo termo, as quais incluem os agregados dos eventos prévios e as estruturas e crenças que formam esses eventos.

Na antropologia estadunidense a atenção aos processos históricos remonta à abordagem da economia política, capitaneada por Wolf desde a década de 1970 e expressa em seu livro *Europe and the People without History* (1982). O foco, contudo, estava nos conflitos que ocorriam quando as sociedades tradicionais tornavam-se emaranhadas na expansão do capitalismo ocidental, assim como nas consequências culturais dessa expansão como refletidas nas experiências diversificadas de cada sociedade. Porém, apesar da ênfase na resistência das populações tradicionais, essa abordagem tem sido criticada como aderindo a um viés muito econômico, devido ao seu foco no conceito de modo de produção, dando pouca base à ação humana (WILK, 1996, p. 98-99). Um problema adicional, pontuado por Ortner (1984, p. 143), é a visão de história como algo que chega à sociedade tradicional, de modo que o que é considerado não é propriamente a história daquela sociedade, mas o impacto da história ocidental sobre a mesma. Na arqueologia essa perspectiva teve uma maior influência na arqueologia histórica, pelo fato de esta focalizar no período que se inicia com a colonização europeia nas Américas (ver, por exemplo, ORSER, 1996).

Tessituras

Nos anos de 1980 a influência das teorias relacionistas da prática, de Bourdieu (1977 [1972]), e da estruturação, de Giddens (1979), começaram a ser incorporadas nos Estados Unidos, com o foco voltando-se para conceitos tais como prática, práxis, ação, agência, ator e sujeito (ORTNER, 1984, p. 145-146). Ortner (2006) coloca que as teorias anteriores, como a antropologia simbólica, o marxismo e o estruturalismo, consistiam em teorias da limitação, na medida em que o comportamento humano era ordenado e definido por forças e por formações sociais e culturais externas, tais como a cultura, as estruturas mentais ou o capitalismo. As teorias da prática, por sua vez, abordam o relacionamento dialético, antes que oposicional, entre as limitações estruturais da sociedade e da cultura, por um lado, e as práticas dos atores sociais por outro. A premissa central é que a cultura constrói as pessoas como tipos particulares de atores sociais, porém, estes mesmos atores, através de suas práticas cotidianas, podem reproduzir e/ou transformar a cultura que os produziu (ORTNER, 2006, p. 129). Do mesmo modo, essas teorias reconhecem o princípio da dupla hermenêutica, segundo o qual o conhecimento científico das condições sociais deve também incluir o conhecimento subjetivo dos agentes que, de fato, produziram aquelas condições (BARRET, 2001, p. 142). Rejeita, assim, as dicotomias teóricas representadas, por um lado, pelo individualismo metodológico, que considera o indivíduo como o centro da ação e dos fenômenos sociais, e, por outro, pelo holismo metodológico, que considera a estrutura como limitante, e mesmo determinante, da ação social (RITZER e GINDOFF, 1994).

A teoria da prática também solapou a dicotomia história/estrutura, dado que as práticas são determinadas pelas condições do passado, as quais produziram o princípio de sua produção (BOURDIEU 1977 [1972]). Nos Estados Unidos foi Sahlins (2008 [1981]) quem primeiramente propôs uma forma explicitamente histórica dessa teoria, concebida como uma antropologia estrutural histórica, desenvolvida a partir da análise dos primeiros encontros entre os europeus e os havaianos. Sahlins (1987 [1985]) considera que a história é ordenada culturalmente da mesma forma que os

Tessituras

esquemas culturais são ordenados historicamente. Há, assim, um relacionamento recursivo entre a história e a cultura, dado que as pessoas organizam e dão sentido às suas vidas com base na compreensão pré-existente que mantêm sobre a ordem cultural. Nesse sentido, a cultura é historicamente reproduzida na ação. Porém, do mesmo modo, a cultura pode ser alterada durante a ação, dado que, devido à imprevisibilidade do mundo, as práticas podem colocar as categorias e concepções culturais em risco, solapando os seus significados anteriores. Desse modo, o propósito da investigação antropológica torna-se menos entender como os eventos são ordenados pela cultura, mas como, ao longo desse processo, a própria cultura torna-se reordenada.

Com relação à arqueologia estadunidense, a teoria da prática começou a ser incorporada no início da década de 1990. Em uma análise publicada em 2001, Pauketat (2001) anunciava a emergência do que seria um novo paradigma, o processualismo histórico, no qual as noções tradicionais de comportamento e evolução estavam sendo substituídas nas explanações arqueológicas pelas noções de prática e história. As práticas consistem em processos históricos, na medida em que são conformadas pelas práticas passadas e conformam as práticas que se sucedem. Como tais, são distintas dos processos culturais considerados pela arqueologia processual, dado que, enquanto a explanação desses últimos envolve princípios abstratos, generalizantes, sobre o porquê que algo ocorreu, a explanação histórica envolve buscar as causas aproximadas sobre como uma dada feição social desenvolveu-se em um tempo ou lugar particular (PAUKETAT, 2001, p. 74-75). Do mesmo modo, o conceito de comportamento passou a ser rejeitado pelos adeptos dessas abordagens, dado que está vinculado a uma noção funcionalista de resposta passiva a estímulos externos, desconsiderando, assim, as ações e representações dos atores sociais, conceituadas como prática ou agência (HODDER, 2000, p. 22; PAUKETAT, 2001, p. 75).

Em termos práticos, uma das principais vantagens desse corpus

Tessituras

teórico para a arqueologia consiste no destaque dado à cultura material, sendo esta colocada no núcleo da vida social de um modo que transcende as dicotomias materialista/idealista (GOSDEN, 1999, p. 120; McCALL, 1999, p. 17-19). Desse modo, essas teorias afastam-se da preocupação com o que está dentro da cabeça das pessoas, questões que somente podem ser especulativamente abordadas com base no dado arqueológico, para focalizar na cultura material, nos hábitos de vida e nas configurações do espaço como os meios da produção e reprodução social. Os artefatos são assim marcados com os gestos e hábitos que envolveram a sua produção e uso, sendo, dessa forma, inscritos pelos processos sociais envolvidos na sua criação, utilização e abandono (McCALL, 1999, p. 17-19). Desse modo, o estudo dos artefatos pode levar ao entendimento da performance dessas ações, dos meios de sua execução, e do contexto histórico que envolveu o seu uso (BARRET, 2001, p. 152-156).

Do mesmo modo, pelo fato de as teorias da prática serem relacionais, elas têm levado os arqueólogos a evitar noções normativas e essencialistas ao abordar o registro arqueológico, dado que qualquer aspecto da vida humana, tal como gênero, classe ou etnicidade, não pode ser considerado em isolamento pelo fato de ser produto de múltiplas influências, antes do invariante. Reconhece-se, assim, que os seres humanos e as sociedades encontram-se em um estado constante de fluxo e mudança, com suas relações compondo um sistema de significações (GOSDEN, 1999, p. 213). Nesse sentido, também o espaço, antes de um mero cenário da ação social, passa a ser considerado como um elemento ativo que é vivenciado, construído e experimentado pelas pessoas (ROBIN e ROTHSCILD, 2002). Assim, todas as variantes do mundo material, de um dado artefato à paisagem envolvente, passam a ser considerados como meios para a construção da memória, dando coerência e continuidade à vida social.

As teorias da prática, por fim, levaram novamente à conjunção entre antropologia e arqueologia, dessa vez em torno das questões que envolvem a prática e a agência no mundo material. O foco nas dimensões materiais da

Tessituras

vida consiste em uma das principais áreas de sobreposição entre as duas disciplinas, com temas como paisagem e cultura material erodindo as fronteiras entre ambas. O foco no mundo material leva a antropologia a colocar a questão da mudança, e assim, da história, no centro de suas preocupações. Porém, dado que os registros escritos e a história oral em muitas partes do globo cobrem apenas um período muito estreito de tempo, a investigação de longas sequências temporais envolvendo continuidade e mudança somente pode ser realizada com base nos dados arqueológicos, o que reforça a integração entre a arqueologia e a antropologia e dessas, por sua vez, com a história (GOSDEN, 1999, p. 119-121, 152).

Cabe ser destacado que o grande apelo das teorias da prática na antropologia e na arqueologia consiste no fato de esse corpus teórico rejeitar um objetivismo científico, e, assim, um modelo fundado nas ciências naturais, ao mesmo tempo em que não adere ao hiper-relativismo pós-moderno, o qual apregoa a inexistência de uma realidade objetiva e, por conseguinte, de conceitos tidos como totalizantes, tais como cultura e formação social (KNAUF, 1996). Do mesmo modo, essas teorias solapam a dicotomia história/ciência e, assim, a concepção positivista de que a antropologia deve envolver generalizações e a história particularismos, inserindo a dinâmica histórica no núcleo da estrutura, e, portanto, da prática antropológica.

Considerações finais

A trajetória do desenvolvimento teórico da arqueologia na virada do século XX para o XXI está marcado, por um lado, por uma diversidade de perspectivas interpretativas, fundadas em diferentes vertentes da teoria social, incluindo a semiótica, o neo-marxismo, o pós-estruturalismo, a fenomenologia e a teoria da prática, e, mais recentemente, o pós-colonialismo, o perspectivismo, a teoria do ator-rede e as abordagens

simétricas. Há, ainda, as vertentes pós-modernas hiper-relativistas, cujos adeptos questionam qualquer objetividade na produção de conhecimento, o qual é tido como formado somente pelas construções culturais do observador, e defendem, assim, a noção de que o passado é incognoscível e somente útil quando relevante para a ação política no presente (SHANKS e TILLEY, 1987; KNAPP, 1996).

Tais abordagens, embora fundamentadas em diferentes vertentes teóricas, são colocadas sob o amplo rótulo da arqueologia pós-processual. Compartilham, contudo, alguns aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, a rejeição do objetivismo, expressa na noção de arqueologia como ciência que visa a descoberta de princípios gerais, transculturais, que serviriam para explicar a dinâmica cultural. Antes, o foco recai no entendimento do contexto. Do mesmo modo, é atribuída à cultura material um papel ativo, sendo vista como um componente fundamental tanto na criação quanto na manutenção das relações sociais (HODDER, 1986; TRIGGER, 1989, p. 350; KNAPP, 1992, p. 10; PAUKETAT, 2001). Por outro lado, a proposta de uma arqueologia científica, que busca por regularidades e causalidade, continua sendo defendida, por um lado, pelos arqueólogos que seguem uma orientação darwinista, utilizando, como base de suas explanações, a teoria da seleção natural (LEONARD, 2001; O'BRIEN e LYMAN, 2004) e, por outro, pelos adeptos da arqueologia comportamental (LAMOTTA e SCHIFFER, 2001). Na antropologia cultural essa perspectiva é também sustentada por adeptos das vertentes materialistas (KUZNAR, 1997).

Apesar das múltiplas abordagens pós-processualistas rejeitarem a noção positivista de ciência, que se faz incompatível com as noções de contexto, interpretação e subjetividade, a maioria dessas abordagens – excluindo as pós-modernistas radicais – está em sintonia com o que Giddens e Turner (1996) consideram uma nova filosofia da ciência. Esta nova filosofia é fundada na concepção de que as observações são sempre carregadas de teoria e, assim, que a ciência é um esforço interpretativo. Deste modo, a história não somente é abraçada por esta concepção científica

Tessituras

como, de fato, se torna indissociável da mesma, solapando a dicotomia história-ciência.

Por fim, alguns críticos têm alegado que a rápida proliferação e substituição de teorias na arqueologia revelam uma fraqueza nas fundações epistemológicas da disciplina. Nesse sentido, é interessante fechar com algumas rápidas considerações sobre as bases da produção do conhecimento arqueológico. Há dois aspectos que constituem pontos de concordância entre todas as abordagens teóricas. Primeiro, a materialidade do objeto de estudo da arqueologia, que consiste no registro das atividades humanas desde que os seres humanos começaram a habitar o nosso planeta; o segundo aspecto, conseqüentemente, é a profunda dimensão diacrônica desse registro. O conhecimento arqueológico, assim, vai ser produzido com base nessas duas premissas. Do mesmo modo, embora os modelos teóricos possam variar amplamente, há uma série de conceitos gerais básicos, incluindo, dentre outros, os conceitos de artefato, sítio, tipo, estratigrafia e assentamento. O que de fato variará de acordo com a teoria empregada é o tipo de conhecimento sobre a dinâmica social que é passível de extrair desse registro, o qual variará de explicações econômicas a interpretações simbólicas. Adotando uma perspectiva otimista sobre o ecletismo teórico da arqueologia contemporânea, pode ser considerado que, dada a imensa complexidade do comportamento humano e as dimensões temporais e espaciais tão amplas do registro arqueológico, esta multiplicidade de perspectivas teóricas não constitui uma fraqueza epistemológica, mas um modo de se chegar a formas diversificadas de conhecimento sobre o passado da humanidade.

Referências bibliográficas

BARRET, John. Agency, the duality of structure, and the problem of the archaeological record. In: HODDER, Ian (Org.). **Archaeological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 141-164.

BIERSACK, Aletta. Saber local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. Martins Fontes: São Paulo, 1995. p. 97-130.

BINFORD, Lewis. Archaeology as anthropology. **American Antiquity**, Washington, v. 28, p. 217-225, 1962.

_____. Archaeological systematics and the study of cultural process. **American Antiquity**, Washington, v. 31, p. 203-210, 1965.

_____. Behavioral archaeology and the “Pompeii premise”. **Journal of Anthropological Research**, Albuquerque, v. 37, n. 3, p. 195-208, 1981.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**: Franz Boas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977 [1972].

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério (Org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011 [1958]. p. 87-127.

DUNNELL, Robert. Science, social science, and common sense: the agonizing dilemma of modern archaeology. **Journal of Anthropological Research**, Albuquerque, v. 38, n. 1, p. 1-25, 1982.

FLANNERY, Kent. Culture history v. cultural process: a debate in American archaeology. In: LEONE, Mark (Org.). **Contemporary archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1972. p. 102-107.

_____. The golden Marshalltown: a parable for the archaeology of the 1980s. **American Anthropologist**, Arlington, n. 84, p. 265-278, 1982.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory**: action, structure and contradiction in social analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1996.

GOSDEN, Chris. **Anthropology and archaeology**: a changing relationship. London and New York: Routledge, 1999.

_____. Post-colonial archaeology: issues of culture, identity, and knowledge. In: HODDER, Ian (Org.). **Archaeological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 241-261.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GUMMERMAN, George; PHILLIPS, JR., David. Archaeology beyond anthropology. **American Antiquity**, Washington, v. 43, n. 2, p. 184-191, abr. 1978.

HARRIS, Marvin. **The rise of anthropological theory**. New York: Crowell, 1968.

HAWKES, Christopher. Archaeological theory and method: some suggestions from the Old World. **American Anthropologist**, Arlington, n. 56, p. 155-168, 1954.

HODDER, Ian. **Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.

_____. **Symbolic and structural archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b.

_____. **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. **Archaeology as long-term history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. Agency and individuals in long term processes. In: DOBRES, Marcia-Anne; ROBB, John (Org.). **Agency in archaeology**. London and New York: Routledge, 2000. p. 21-33.

JOHNSEN, Harald; OLSEN, Bjornar. Hermeneutics and archaeology: on the philosophy of contextual archaeology. **American Antiquity**, Washington, v. 57, n. 3, p. 419-436, jul. 1992.

KLUCKHOHN, Clyde. The conceptual structure in Middle American studies. In: HAY, Clarence (Org.). **The Maya and their neighbors: essays on Middle American anthropology and archaeology**. New York: Appleton-Century, 1940. p. 41-51.

KNAPP, Allan. Archaeology and *Annales*: time, space, and change. In: KNAPP, Alan (Org.). **Archaeology, annales, and ethnohistory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-21.

_____. Archaeology without gravity: postmodernism and the past. **Journal of Archaeological Method and Theory**, New York, v. 3, n. 2, p. 129-158, abr. 1996.

KNAUF, Bruce. **Genealogies for the present in cultural anthropology**. New York and London: Routledge, 1996.

KROEBER, Alfred. History and science in anthropology. **American Anthropologist**, Arlington, v. 37, n. 4, p. 539-569, out. 1935.

_____. **Cultural and natural areas of native North America**. Berkeley: University of California Press, 1939.

KUZNAR, Lawrence. **Reclaiming a scientific anthropology**. Lanhan: Altamira Press, 1997.

LAMOTTA, Vincent; SCHIFFER, Michael. Behavioral archaeology: toward a new synthesis. In: HODDER, Ian (Org.). **Archaeological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 14-64.

LEONARD, Robert. Evolutionary archaeology. In: HODDER, Ian (Org.). **Archaeological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 65-97.

McCALL, John. Structure, agency, and the locus of the social: why poststructural theory is good for archaeology. In: ROBB, John (Org.). **Material symbols: culture and economy in pre-history**. Carbondale: Southern Illinois University, 1999, p. 16-20.

McKERN, Will. The Midwestern Taxonomic Method as an aid to archaeological culture study. **American Antiquity**, Washington, n. 4, p. 301-13, 1939.

MURDOCK, George P. **Social structure**. New York: MacMillan, 1969 [1949].

O'BRIEN, Michael; LYMAN, R. Lee. History and explanation in archaeology. **Anthropological Theory**, London, v. 4, n. 2, p. 173-197, abr. 2004.

ORSER, Charles. **A historical archaeology of the Modern World**. New York: Plenum Press, 1996.

ORTNER, Sherry. Theory in anthropology since the sixties. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 26, n. 1, p. 126-166, jan. 1984.

_____. **Anthropology and social theory: culture, power, and the acting subject**. Durham: Duke University Press, 2006.

PAUKETAT, Phillip. Practice and history in archaeology: an emerging paradigm. **Anthropological Theory**, v. 1, n. 1, p. 73-98, jan. 2001.

PHILLIPS, Phillip. American archaeology and general anthropological theory. **Southwestern Journal of Anthropology**, Albuquerque, v. 11, p. 246-250, 1955.

RADCLIFF-BROWN, Alfred. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973 [1952].

RITZER, George; GINDOFF, Pamela. Agency-structure, micro-macro, individualism-holism-relationism: a metatheoretical explanation of theoretical convergence between the United States and Europe. In: SZTOMPKA, Piotr (Org.). **Agency and structure: reorienting social theory**. Yverdon: Gordon & Breach, 1994. p. 3-23.

ROBIN, Cinthya; ROTHSCHILD, Nan. Archaeological ethnographies: social dynamics of outdoor space. **Journal of Social Archaeology**, London, v. 2, n. 2, p. 159-172, abr.

2002.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987 [1985].

_____. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1981].

SCHIFFER, Michael Brian. **Behavioral archeology**. New York: Academic Press, 1976.

SERVICE, Elman. **Primitive social organization**. New York: Random House, 1962.

SEWELL JR., William. Geertz, cultural systems, and history: from synchrony to transformation. In: ORTNER, Sherry (Org.). **The fate of culture: Geertz and beyond**. Los Angeles: University of California Press, 1999. p. 35-55.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Re-constructing archaeology: theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SMITH, Michael. Why anthropology is too narrow an intellectual context for archaeology. **Anthropologies**, Kentucky, mai. 2011. Disponível em: <http://www.anthropologiesproject.org/2011/05/why-anthropology-is-too-narrow.html>. Acesso em: 07 abr. 2014.

STEWARD, Julian. **Theory of Culture Change**. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

TAYLOR, Walter. **A study of archaeology**. Menasha: American Anthropological Association, 1948.

TRIGGER, Bruce. **A history of archaeological thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WATSON, Patty Jo. Archaeology, anthropology, and the culture concept. **American Anthropologist**, Arlington, v. 97, n. 4, p. 683-694, dez. 1995.

WATSON, Patty; LEBLANC, Steven; REDMAN, Charles. **Explanation in archaeology: an explicitly scientific approach**. New York: Columbia University Press, 1971.

WHITE, Leslie. Energy and the evolution of culture. **American Anthropologist**, Arlington, v. 43, p. 335-356, 1943.

_____. **The science of culture**. New York: Farrar, Strauss, 1949.

WILK, Richard. **Economies and cultures: foundations of economic anthropology**. Boulder: Westview Press, 1996.

WILLEY, Gordon; PHILLIPS, Phillip. **Method and theory in American archaeology**.

Tessituras

Chicago: University of Chicago Press, 1958.

WOLF, Eric. **Europe and the people without history**. Berkeley: University of California Press, 1982.

_____. Culture: panacea or problem. **American Antiquity**, Washington, v. 49, n. 2, p. 393-400, abr. 1984.